

**OPERAÇÕES ANTICOMUNISTAS REGISTRADAS NO ARQUIVO DE DOCUMENTOS DO
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES DO PARANÁ (1975-1981)¹**

**OPERACIONES ANTICOMUNISTAS REGISTRADAS EN EL ARCHIVO DOCUMENTAL
DEL SERVICIO NACIONAL DE INFORMACIÓN DE PARANÁ (1975-1981)**

**ANTICOMMUNIST OPERATIONS RECORDED ON PARANA'S NATIONAL
INFORMATION SERVICE DOCUMENTAL ARCHIVE (1975-1981)**

DOI: <http://10.9771/gmed.v16i1.58854>

José Wilson Assis Neves Júnior²

Fábio Lanza³

Jeferson Anibal Gonzalez⁴

Resumo: Este artigo analisa fontes inéditas do arquivo de documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) da agência de Curitiba, objetivando contribuir com dados qualitativos sobre os processos de repressão e das ações persecutórias desencadeadas contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seus militantes na conjuntura paranaense de ditadura militar (1964-1985). Apreendeu-se o modo como os órgãos de inteligência paranaenses se apropriavam da doutrina de Segurança Nacional para legitimar suas ações de investigação e repressão. Os resultados apresentam o processo de desarticulação do PCB, por meio da Operação Marumbi (1975). Indica-se, por fim, o destaque da região Norte do Paraná como reduto para rearticulação de militantes comunistas durante a ditadura militar.

Palavras-chave: Comunismo. Anticomunismo. Ditadura militar brasileira. Agências de inteligência. Ideologias.

Resumen: Este artículo analiza fuentes inéditas del archivo documental del Servicio Nacional de Información (SNI) de la agencia Curitiba, con el objetivo de contribuir con datos cualitativos sobre los procesos de represión y acciones persecutorias lanzados contra el Partido Comunista Brasileño (PCB) y sus militantes en Situación paraná de dictadura militar (1964-1985). Se conoció la forma en que los organismos de inteligencia de Paraná se apropiaron de la doctrina de Seguridad Nacional para legitimar sus acciones de investigación y represión. Los resultados presentan el proceso de desmantelamiento del PCB, a través de la Operación Marumbi (1975). Finalmente, se destaca el destaque de la región Norte de Paraná como bastión para la rearticulación de militantes comunistas durante la dictadura militar.

Palabras clave: Comunismo. Anticomunismo. Dictadura militar brasileña. Agencias de inteligencia. Ideologías.

Abstract: This paper analyses unpublished sources from the National Information Service documental archive of Curitiba's agency, aiming to contribute with qualitative data about the repression and persecution processes unleashed upon Brazilian Communist Party (PCB) and its political activists on Parana's military dictatorship context (1964-1985). It was apprehended how Parana's intelligence agencies utilized the National Security doctrine to legitimize their investigative and repressive actions. The results presented the PCB's disarticulation process by the Marumbi Operation (1975). Lastly, it was emphasized the role of Parana's North region as a stronghold for the rearticulation of communist activists during Brazilian military dictatorship.

Keywords: Communism. Anticommunism. Brazilian military dictatorship. Intelligence Agencies. Ideologies.

Introdução

Esta pesquisa parte da análise das fontes inéditas disponibilizadas no arquivo de documentos do Serviço Nacional de Informações, produzidos pela agência de Curitiba no estado do Paraná⁵, para identificar alguns aspectos específicos dos processos persecutórios que foram desencadeados pelo aparato repressivo e coercitivo da ditadura militar brasileira (1964-1985) contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seus grupos dissidentes na realidade paranaense do período, entre os quais o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva e criado em 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI) constituiu-se em um extenso órgão de investigações que objetivava a produção de informações e contrainformações para combater as supostas ameaças subversivas, de tendências socialistas e comunistas, que tomavam forma na conjuntura brasileira da época. Esse aparato conquistou exacerbada autonomia, e seu chefe respondia apenas ao presidente da República (FICO, 2001; LAGÔA, 1983; QUADRAT, 2012; SAMWAYS, 2014).

Há que se destacar que as fontes produzidas pelos agentes do SNI, em suas diferentes agências regionais, foram coletadas de acordo com os limites e possibilidades históricas, preservadas e digitalizadas por pesquisadoras e pesquisadores vinculados ao Projeto Memórias Reveladas (Arquivo Nacional e Ministério da Justiça)⁶ e ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (RJ).

Assim, os objetivos delineados pela presente pesquisa consistem não somente em identificar a forma como a doutrina de Segurança Nacional oficial da Escola Superior de Guerra (ESG) determinou, direcionou e limitou as análises dos agentes da comunidade de informações e os subsequentes processos persecutórios do aparato repressivo instituído, mas também em contribuir com a valorização das especificidades das organizações revolucionárias (PCB, MR-8, VPR) que se articularam na realidade ditatorial militar paranaense e foram vigiadas, silenciadas e reprimidas pelos agentes da ditadura brasileira a partir dos respectivos arquivos do SNI (PR).

Para tanto, foram selecionadas, de forma intencional, três pastas de documentos do arquivo (que totalizam cento e quinze laudas), as quais foram abordadas pelo método de análise documental, embasado em uma perspectiva histórico-sociológica (CELLARD, 2012; MAY, 2004; MOREIRA, 2011). Atenta-se, dessa forma, ao reconhecimento das particularidades que perpassam o processo de elaboração dos registros documentais, especialmente no que tange às influências exercidas pelas percepções políticas, ideológicas e culturais dos sujeitos responsáveis por esses registros, assim como das inerentes disputas que marcaram a época de sua produção.

Necessário se faz reforçar que o presente trabalho trouxe a disponibilização de resultados qualitativos de análise que, ao mesmo tempo, podem embasar e incentivar novas pesquisas referentes à temática no extenso arquivo de documentos do extinto órgão investigativo nacional, pois não se pretende esgotar os debates acerca da problemática abordada.

As configurações da conjuntura em questão

Conforme indica Charles Tilly (1996), o surgimento e aperfeiçoamento daquilo que, hoje, classifica-se como serviço de inteligência perpassa um longo processo de transformações sociais que se vincula diretamente às mudanças ocorridas nos modelos de Estado adotados por distintos países no desenvolvimento da Modernidade, o que implica reconhecer as diversas particularidades que cada órgão de inteligência assume em um determinado país e em uma determinada conjuntura.

Desse modo, indica-se que é a partir da metade do século XIX que o aparelho de coerção estatal passa a especializar-se em métodos de investigação e controle político. Nesse contexto, “a polícia criminal e política generalizou o emprego de dossiês, postos de escuta, relatórios rotineiros e levantamentos periódicos de quaisquer pessoas, organizações ou eventos que pudessem perturbar a ‘ordem pública” (TILLY, 1996 p. 180). Segundo Cepik (2003), os serviços de inteligência sofrem uma guinada qualitativa, especialmente durante o conflito da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), conquistando distintos níveis de protagonismos políticos em seus países durante o período da Guerra Fria (1945-1991).

Seguindo esta corrente internacional de transformações no aparelho coercitivo estatal, o Brasil criou seu primeiro órgão de vigilância no ano de 1927, o Conselho de Defesa Nacional (CDN)⁷, cujo objetivo era controlar a classe operária e combater agitações políticas no país. Destacando essa tônica de princípios potencialmente anticomunistas⁸ que marcam a gênese dos serviços de inteligência nacionais, indica-se que, em grande medida, a compreensão das transformações dos órgãos de vigilância e controle político nacionais se relacionam diretamente com as organizações internas de esquerda, destacando-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

No contexto de crescimento do processo de urbanização/industrialização do país e consequente ampliação da massa de trabalhadores e acirramento de suas reivindicações, o PCB foi fundado no ano de 1922⁹ por trabalhadores anarquistas inspirados no sucesso da Revolução Russa de 1917. O partido passou a influenciar a organização dos sindicatos e movimentos populares, sendo declarado ilegal em junho de 1922 pelo então presidente do Brasil, Epitácio Pessoa (1919-1922). Essa condição marcou a maior parte da trajetória de atuação política do partido no país. Entre sua criação e o final do regime ditatorial militar brasileiro (1964-1985), o PCB teve apenas dois momentos de legalidade no sistema político nacional: o primeiro, de 1927 a 1935¹⁰, e o segundo, ainda mais breve, de outubro de 1945 a abril de 1947¹¹ (MAZZEO, 1999).

A perseguição ao PCB, já nos primeiros anos de sua existência, marca a consolidação de uma polícia política voltada para o combate e prevenção da subversão no país. Criadas no ano de 1924, as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) exerceram um papel fundamental nesse processo, constituindo um sistema de polícia política que foi amplamente aprimorado durante os dois regimes ditatoriais da história política recente do Brasil (NAPOLITANO, 2014)¹². No que tange ao caso paranaense, a polícia política se instala, efetivamente, no ano de 1920, com o Comissariado de Investigação e Segurança Pública, transformado, em 1937, em Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). É importante ressaltar que, conforme investigações realizadas por Kieller e Codato (2008) sobre o Fundo DOPS do Arquivo

Público do Paraná, apesar de os arquivos do PCB-PR só terem surgido em 1945, existem registros investigativos dos órgãos estatais acerca das atividades e dos militantes comunistas paranaenses durante a década de 1930.

Desse modo, segundo Brunelo (2006), é possível traçar um corte de seis momentos históricos que caracterizam o privilegiamento de objetos investigativos do aparato policial político paranaense: 1- entre 1920 e 1930, o órgão voltava-se primordialmente para o acompanhamento do movimento operário; 2- durante os doze anos iniciais do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1942), a preocupação majoritária foi o movimento tenentista; 3- com a adesão do Brasil ao conflito mundial, os três últimos anos da ditadura do Estado Novo (1942-1945) foram marcados pela investigação de imigrantes provenientes de países do eixo (japoneses e alemães); 4- acompanhando o início da Guerra Fria, em um contexto de busca pela democratização do país, entre os anos de 1945 e 1964, a polícia política paranaense centra-se nos movimentos sociais e na atuação do PCB; 5- com a ascensão da ditadura militar e o gradual processo de aparelhamento coercitivo e repressivo do Estado, os militantes de esquerda, especialmente do PCB e suas dissidências, e o movimento estudantil consolidam-se como preocupação majoritária dos órgãos, que passam a compor a comunidade de informações paranaense; 6- e, por fim, o período entre os anos de 1979 e 1989, caracterizado pela distensão e desativação dos órgãos investigativos da ditadura militar, é marcado pela dedicação aos movimentos populares e àqueles em prol da defesa dos direitos humanos.

O recorte temporal específico deste artigo, então, consolida-se no quinto momento de atuação do aparato policial político paranaense (1964-1979). Dentro dessa perspectiva de apreender os processos históricos que culminaram nas configurações específicas assumidas pelos órgãos de coerção e inteligência da conjuntura analisada, é pertinente considerar que,

Nos anos 1940-1950, no âmbito da ditadura do Estado Novo e, posteriormente, no quadro da Guerra Fria, os Dops tiveram seus efetivos aumentados, tornando-se referência no combate à dissensão política, aos movimentos dos trabalhadores e ao comunismo. Dentro das Forças Armadas, o único órgão de informações a possuir uma estrutura inteiramente voltada para a área de inteligência era o Serviço de Informações da Marinha, fundado em 1955 e reformulado no Centro de Informações da Marinha (Cenimar), em 1957. Essas instituições foram consideradas insuficientes para fazer frente aos desafios representados pela conjuntura do início dos anos 1960 (JOFFILY, 2014, p. 159).

Assim, no desenrolar das duas décadas de ditadura militar brasileira, “encurralados por uma polícia política crescentemente sofisticada e profissional, os grupos e organizações revolucionárias, quase sempre inexperientes e amadores, dispendo apenas da vontade e da ousadia, foram escorraçados da história” (REIS, 2000, p. 54).

Conforme indicam Kieller e Codato (2008), já na década de 1940, o PCB paranaense havia estruturado duas frentes intermediárias de direção das atividades comunistas no estado, os Comitês Distritais 1 e 2, localizados nas cidades de Londrina (responsável pelo Norte paranaense) e Curitiba (incumbido da região Sul do estado). Não se pode, entretanto, deixar de problematizar as características políticas, históricas, sociais e econômicas do Norte paranaense, destacando, a partir disso, a propensão à articulação do PCB

com grupos locais, viabilizando a conscientização política e orientando a luta armada. No caso do conflito agrário intitulado Guerra de Porecatu (1948-1951)¹³, por exemplo,

Havia um elo comum entre os posseiros e o PCB, que permitia essa união. Os posseiros precisavam de uma infraestrutura para manter a luta, e o PCB, de um palco para colocar em prática suas estratégias políticas. Essa combinação permitiu uma aproximação entre um e outro. Só que foi uma aproximação momentânea, conjuntural, pragmática. É bem provável que os posseiros não tivessem consciência do significado daquela aproximação, como é bem provável também que o PCB soubesse que aquela aproximação poderia se desfazer tão rapidamente quanto ela fora realizada (PRIORI, 2010, p. 378).

Em âmbito nacional, Camurça (1998) indica que a década de 1960 marcou o início do desencantamento, especialmente das camadas intelectuais, com os partidos comunistas internacionais, entre eles o PCB. Dentre as causas do fenômeno, destacam-se a repercussão das denúncias contra Joseph Stalin realizadas em 1956 por Nikita Krushev - então secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) - e o conflito fronteiriço sino-soviético a partir de 1969, entre outras. Esse processo foi marcado por intensas fragmentações e disputas internas no partido, gerando posteriores cisões e pulverização da militância, como a criação de partidos, frações e movimentos. As divergências e dissidências se intensificaram com a derrota da frente nacionalista democrática de João Goulart em abril de 1964, especialmente com a publicação, pelo Comitê Central do PCB, do documento “Resolução Política”, de maio de 1965, que reforçava a proposta de uma frente ampla para o combate à ditadura, opondo-se às correntes internas de defesa da luta armada (PRESTES, 2014).

Com esse processo, Myskiw e Adamczyk (2018) constatarem os seguintes grupos de resistência armada ativos no Oeste e Sudoeste paranaense durante a ditadura militar brasileira: Grupos dos Onzes (G-11); Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8); Frente da Libertação Nacional (FLN); e Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (Val-Palmares). Portanto, “o final da década de 1960 e o início dos anos de 1970 presenciaram a radicalização das ações da esquerda armada e o resultado foi a revanche desencadeada pelo governo militar com o fito de desbaratar os organismos guerrilheiros” (BRUNELO, 2009, p. 465).

Ações persecutórias anticomunistas nas páginas do SNI

A Operação Marumbi (1975) foi um dos mais importantes momentos do combate à suposta subversão no Paraná realizada em conjunto com a Operação Barriga Verde em Santa Catarina (SC).¹⁴ Assim como outras que ocorreram no período, essa operação objetivou impedir a rearticulação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no território paranaense e foi responsável pela prisão de cerca de cem (100)¹⁵ supostos militantes e simpatizantes do PCB, que, subsequentemente, foram interrogados e torturados, física e psicologicamente (PARANÁ, 2014).

A Operação Marumbi (1975) estendeu-se a pelo menos 12 cidades paranaenses (Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Araçongas, Apucarana, Cianorte, Guarapuava, Mandaguari, Rolândia, Paranaguá e Paranavaí). Além da perseguição aos pressupostos sujeitos que tentavam reorganizar o PCB no território paranaense, estendeu-se, também, à tentativa de caracterização do Movimento Democrático

Brasileiro (MDB) “como uma agremiação partidária infiltrada de elementos da esquerda clandestina” (BRUNELO, 2009, p. 463-464) – fenômeno entendido como reação às recentes conquistas do partido de oposição nas eleições parlamentares de 1974.

Dessa forma, apesar de expressar concordância com a tese de Mazzeo (1999) de que, de modo geral, o PCB não concretizou sua objetividade política de efetivação de uma real Revolução no Brasil (demonstrando, historicamente, fortes tendências à adequação do jogo político democrático em uma considerável parcela de suas fileiras), foi essencial o papel que determinados setores do partido desempenharam no processo de conscientização e articulação popular em prol da luta armada – como foi o caso da Guerra de Porecatu (1948-1951)¹⁶ (PRIORI, 2010).

Voltando à Operação Marumbi realizada em 1975, constata-se sua menção em diversos documentos do arquivo paranaense do SNI, fenômeno que indica a prevenção da possibilidade de rearticulação do PCB como uma das preocupações majoritárias no direcionamento das investigações da comunidade de informações do Paraná. Dentre os documentos, destaca-se o relatório, assinado pelo então comandante da 5ª RM/DI general-de-divisão Samuel Augusto Alves Corrêa, que avalia a totalidade da Operação (SNI-PR, 1975, 95 laudas).¹⁷

Segundo informado pelo relator, as prisões de subversivos, efetuadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, possibilitaram o levantamento de dados que confluíram para a confirmação de que elementos vinculados ao PCB vinham fortalecendo suas estratégias no Paraná, em prol da rearticulação do partido. Em resposta, a 5ª RM/DI apressou-se em desenvolver uma estrutura de repressão ao “terrorismo subversivo”, instalando o Centro de Operações e Defesas Internas (CODI), a Central de Informações (CINFO) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI), sendo este último protagonista no desenvolvimento da Operação Marumbi.

A Operação foi desenvolvida em quatro fases, postas em ação durante o período de 15 de julho a 25 de outubro de 1975. O objetivo era “capturar os militantes e principais elementos de apoio do PCB”, com a finalidade de “desarticular e neutralizar o PCB no Estado” (SNI-PR, 1975, laudas 11-12). Segundo consta no documento, a Operação Marumbi dividiu-se em:

- Fase 1 (15 de julho a 27 de agosto): identificação dos potenciais elementos vinculados ao PCB com subsequente investigação da real militância e seleção dos alvos de maior relevância.
- Fase 2 (28 de agosto a 11 de setembro): investigação aprofundada dos alvos selecionados e seus principais contatos, visando delinear a rede de contatos do PCB/PR.
- Fase 3 (a partir de 12 de setembro): prisão dos alvos e encaminhamento para o DOPS/PR, espaço onde os suspeitos foram inqueridos, tendo sido feito o levantamento de novos dados que possibilitaram novas prisões.
- Fase 4 (proposta a finalizar, no máximo, em 60 dias após o início da Fase 3): encaminhamento de todos os implicados em subversão no Paraná para a Justiça Militar (SNI-PR, 1975, laudas 11-12).

No total, conforme exposto no relatório, foram efetuadas 67 prisões de sujeitos potencialmente responsáveis pela tentativa de rearticulação do PCB, e anexadas as fichas de antecedentes subversivos. As prisões ocorreram entre os dias 12 de setembro e 25 de outubro de 1975, e o responsável pelo relatório enfatiza que, durante esse período, foram enviados três (3) comunicados à imprensa.

Tais COMUNICADOS traduzem a preocupação do Cmt da 5ª RM/DI em bem esclarecer a população paranaense a respeito da atuação dos Órgãos de Segurança em seu exclusivo benefício e de neutralizar pronunciamentos de elementos interessados em distorcer a verdade dos fatos para, com essa técnica, sensibilizar a opinião pública contra os Agentes da Lei (SNI-PR, 1975, lauda 17).

A indicação da difusão de comunicados à imprensa evidencia a preocupação da comunidade de informações paranaense com a questão da produção de contrainformação, atentando, também, para o modo como os agentes pretendiam ocultar os métodos utilizados pela repressão, inclusive nos documentos produzidos para circulação confidencial dentro da própria comunidade de informações. Essa perspectiva era comum no período, quando as ações mais violentas, especialmente as de extermínio, eram realizadas de forma clandestina, inclusive durante o período de abertura política, como pode ser constatado pelo recente acesso aos documentos da *Central Intelligence Agency* (CIA).¹⁸

Ademais, Brunelo (2006; 2009) indica que a ação penal a que procederam os IPMs (Inquérito Policial Militar), referentes à Operação Morumbi, realizada durante o ano de 1976, foi marcada pela denúncia dos indiciados e seus advogados contra o caráter cruel e coercitivo utilizado pelos agentes responsáveis pela Operação. Segundo a defesa, além da aplicação de tortura física e psicológica para obtenção de informações, os agentes da repressão teriam obrigado, sob ameaça, os presos políticos a assinarem os depoimentos, independentemente de estarem de acordo ou não com o conteúdo redigido. Com essa denúncia, indiciados e advogados pleiteavam a nulidade do processo, contudo,

Para o Ministério Público Militar (MPM), que aceitou a denúncia e formulou a ação penal, os interrogatórios da fase policial do processo tiveram valor fundamental, e mesmo sendo apontados como irregulares pelos acusados e pelos advogados de defesa, sobretudo por terem sido realizados sob pressão psicológica e, inclusive, tortura física, não foram desconsiderados (BRUNELO, 2009, p. 478).

As investigações expostas no Relatório da Comissão Estadual da Verdade (PARANÁ, 2014) trazem importantes contribuições sobre o violento processo repressivo que tomou forma na Operação Marumbi, indicando que, em alguns casos, a aplicação de tortura era realizada de forma que os familiares do preso acusado de subversão assistissem a ela. Todavia, apesar do trato desumano dado aos prisioneiros, as notas difundidas à imprensa pela comunidade de informações objetivavam deturpar e desmerecer as tentativas de denúncias relativas ao processo, apropriando-se dos fundamentos ideológicos da doutrina de Segurança Nacional para transmitir uma imagem pejorativa do sujeito subversivo, apresentado como elemento ardiloso e manipulador que visa destruir a concepção de integridade das instituições nacionais frente à população em geral.

Contrastando os dados provenientes dos arquivos do próprio SNI paranaense com o *Relatório da Comissão Estadual da Verdade* (PARANÁ, 2014) e com os recentes documentos provenientes da CIA, é possível aferir que a lógica de produção de informações que permeou o processo repressivo da ditadura

militar brasileira tinham apresentava uma visível preocupação com o sigilo das ações persecutórias violentas desencadeadas contra os sujeitos potencialmente subversivos, inclusive no âmbito interno de funcionamento da comunidade de informações.

Assinado em 04 de outubro de 1975, o último informe de Samuel Augusto Alves Corrêa enviado à imprensa para publicação apresenta detalhes sobre a Operação Marumbi, explicitando os objetivos que nortearam a ação e os resultados obtidos. São elencados os elementos da estruturação organizacional do PCB/PR e, em seguida, afirma-se que

O Partido Comunista Brasileiro, assim estruturado neste Estado, ficou em condições de aplicar técnica já consagrada, cujas características principais são:

- ressaltar junto à população as deficiências e as dificuldades existentes no país, atribuindo-as exclusivamente à responsabilidade e incapacidade das autoridades governamentais, negando ou diminuindo os êxitos, mesmo que evidentes, visando com isto a agravar os problemas existentes, *levar o povo ao descontentamento e à insatisfação, e tornar o governo impopular;*
- *investir aberta ou insidiosamente contra os valores morais e espirituais da população, suas crenças e convicções, a fim de corroer e deformar seu caráter;*
- *infiltrar elementos seus em associações, meios de comunicação social, partidos políticos etc., a fim de, aos poucos e sub-repticiamente, passar a influir nas decisões e exercer sobre eles domínio completo;*
- *organizar uma minoria selecionada, muitas vezes treinada em outros países, que constitua um núcleo coeso e tenaz, capaz de iniciar e levar avante o processo subversivo;*
- *aliciar com habilidade novos adeptos, captando sua simpatia para a causa revolucionária, atribuindo-lhes missões cada vez mais complexas até que fiquem comprometidos, de tal modo, com os atos ilegais praticados que não terão mais condições de optar livremente e sair da organização mesmo que queiram;*
- *usar todas as liberdades e franquias democráticas em benefício da ampliação do movimento subversivo.*

Essa técnica, que foi apresentada tão somente em seus aspectos mais evidentes e relevantes, tem por objetivo primordial a conquista sutil, progressiva e persistente da população, de modo a coloca-la do lado da subversão, facilitando ou possibilitando assim a conquista do Poder, pois seu dogma fundamental é: *“O máximo da eficiência não é obter cem vitórias em cem batalhas, mas sem vencer os exércitos do inimigo sem precisar lutar”* (SNI-PR, 1975, laudas 72-73 – grifos nossos).

O horizonte conceitual, apropriado da doutrina golberyana de Segurança Nacional (SILVA, 2003), é explicitado categoricamente no comunicado de Samuel Corrêa à imprensa paranaense. Logo no primeiro trecho grifado, na citação acima, indica-se a retomada da perspectiva de apresentar o sujeito subversivo como elemento ardiloso, que, valendo-se dos problemas inerentes à conjuntura social, visa influir na sociedade de modo a possibilitar levantes populares contra o regime instituído que garantam a conquista dos interesses particulares das organizações subversivas; ao mesmo tempo que, relativamente, exime o governo das responsabilidades decorrentes de sua ingerência e de ter compactuado com a manutenção da subordinação nacional ao capital imperialista.

Estrategicamente, Samuel Corrêa não deixa de se apropriar da distinção entre Oriente ateu comunista e Ocidente cristão democrático para enfatizar os supostos elementos genéticos que caracterizariam a sociedade brasileira. Retomando, no segundo grifo, a perspectiva de uma herança moralista cristã brasileira, o relator busca denunciar os “nefastos” objetivos do socialismo em corroer o caráter nacional da população, para, em seguida (no quarto trecho grifado da citação), atrelar os fundamentos

ideológicos do socialismo/comunismo às instituições estrangeiras, subsequentemente, incongruentes com os princípios basilares da sociedade brasileira.

No terceiro trecho grifado da citação, Samuel Corrêa recorre ao conceito de aparelhamento subversivo das instituições para enfatizar a necessidade de vigilância constante, por parte do aparato estatal, em distintos níveis da vida social. De forma complementar aos pontos anteriormente elencados, a questão do aparelhamento é tratada como estratégia externa para influir no direcionamento das tomadas de posição em meio à sociedade civil brasileira, o que leva ao último trecho grifado da citação, referente ao conceito de *guerra total*.¹⁹ Assim, apresentando os sujeitos subversivos de forma depreciativa e vinculando seus ideais a princípios estrangeiros, incompatíveis com a mentalidade brasileira, Samuel Corrêa objetivava legitimar o processo de perseguição política, destacando que o combate ao inimigo interno deveria compreender múltiplos campos da vida social, uma vez que essa era a estratégia assumida pelo inimigo.

Note-se, pois, que a apropriação do horizonte conceitual da doutrina de Segurança Nacional para subsequente difusão, de forma simplificada e apelativa, nos meios de comunicação sociais paranaenses traz, ainda, um sentido mais amplo de direcionamento das tomadas de posição dos sujeitos singulares. A intenção de consolidar um consenso quanto à concepção deturpada do sujeito subversivo constituía um mecanismo de interferência nos processos subjetivos e imediatos de julgamento individual do inimigo interno no cotidiano da vida social.

De acordo com as investigações realizadas no relatório da Operação Marumbi, o Comitê Municipal (CM) do PCB de Londrina era o mais bem organizado e influente do Paraná, durante a década de 1970. Tal informação é concomitante com as contribuições indicadas pela Comissão Estadual da Verdade (PR), pois,

Desde antes do Golpe de 1964, a região do norte do Paraná se sobressaía em razão de uma militância aguerrida, ligada em grande parte ao Partido Comunista e que a partir do golpe passa a ser um foco de intensa resistência e por isso considerado pelo Regime Militar como um problema. A cidade de Londrina, um dos principais centros da região, era conhecida pelo regime como “Londrina Resistente” em alusão à posição política de muitos de seus moradores (PARANÁ, 2014, p. 218).

Esse determinado fenômeno pode ser considerado como consequência do papel desempenhado pela cidade (especialmente pelo protagonismo da Fundação Universidade Estadual de Londrina)²⁰, no que tange à disponibilização de um espaço de refúgio, no início da década de 1970, para os perseguidos políticos de outros estados brasileiros.

Indica-se, ainda, que a Operação Marumbi buscou, em complemento à perseguição dos militantes do PCB, minar a projeção política do MDB a partir da veiculação de discursos fundamentados na perspectiva de que “o fato de receberem ajuda daqueles indivíduos que estavam sendo acusados de reestruturar as bases do PCB no Paraná era um fator agravante. Ter ligações com o comunismo, por mais brandas que fossem, já era motivo para intervenção da polícia política” (BRUNELO, 2006, p. 71).

Apesar do intenso golpe deflagrado contra os militantes do PCB no Paraná, o partido manteve a preocupação em continuar sua tentativa de reorganização no estado durante os anos seguintes à Operação Marumbi, conforme revela o IPM instaurado para verificar as configurações de possíveis novas tentativas

de reestruturação do PCB paranaense e catarinense, visando avaliar a eficácia das respectivas operações, “Marumbi” no Paraná e “Barriga Verde” em Santa Catarina (1975), que, supostamente, teriam erradicado a tentativa de rearticulação do PCB nos dois estados. O relatório apresenta um organograma das seções de ação dos comitês estaduais que estavam em prática no período: Seção de Agitação e Propaganda; Seção de Finanças; Seção de Organização; Seção de Entendimentos Políticos; e Seção Sindical (SNI-PR, 1979, 13 laudas).

Entre os grupos dissidentes do PCB que se destacaram nas investigações realizadas pela comunidade de informações paranaense, está o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). O MR-8 teve sua gênese da Dissidência Comunista do Movimento Estudantil da Guanabara (DI-GB) de 1966, passando por uma gradual radicalização de suas diretrizes até a consolidação da nomenclatura de Movimento Revolucionário 8 de Outubro em 1969, estratégia que visava desmoralizar o regime ditatorial militar vigente (NERY, 2016).

Em uma dessas investigações, o agente responsável indica que o MR-8 era liderado por Jorge Medeiros do Vale (vulgo “Bom Burguês”), e partilhava de uma perspectiva de luta armada semelhante ao *foquismo debrayista*.²¹ Segundo o relator, “o MR-8 chegou a instalar uma base de treinamento na região de CASCAVEL-PR, visando a deflagração do foco guerrilheiro”, sendo, contudo, “completamente desbaratado pelos órgãos de segurança” (SNI-PR, 1981, lauda 03). Essas informações estão presentes no relatório do SNI-PR, mas não constam nas investigações realizadas pela Comissão Estadual da Verdade paranaense, as quais evidenciam o processo de repressão de foco guerrilheiro do MR-8 no ano de 1970 na cidade de Medianeira-PR (PARANÁ, 2014).

Distante, de certa forma, da apreensão que o agente de informações realizou do MR-8, Nascimento (2018) indica que o movimento dissidente do PCB não se encontrava, em sua totalidade, alheio às preocupações com a teorização da revolução adequada às especificidades da realidade brasileira, em uma conjunção da perspectiva de luta armada de guerrilha e do vanguardismo leninista. Há, também, de se enfatizar que o período avaliado pelo agente de informações (1981) é posterior ao processo de autocritica do MR-8 (1974), a partir do qual o movimento abandonou a perspectiva da luta armada, passando a se posicionar em favor de uma estratégia democrática reformista vinculada ao MDB (NERY, 2016).

Determinados dados permitem duas problematizações, residindo a primeira na consideração de que o Norte paranaense serviu de refúgio para setores mais radicais do MR-8, na tentativa de rearticulação. Por outro lado, existe a possibilidade de uma exacerbação do terror anticomunista por parte dos órgãos de repressão que visavam deflagrar um intenso e violento processo de perseguição aos setores da esquerda, que, anteriormente, posicionaram-se em propostas mais radicais de atuação, evidenciando a carência de pesquisas referentes ao MR-8 na conjuntura paranaense. O agente de informações ainda ressalta que

O MR-8 vem dirigindo sua atuação, na área desta ACT/SNI, especialmente ao meio estudantil de nível universitário. Como exemplo, cita-se a eleição da chapa “VIRAÇÃO”, que é apoiada pelo MR-8, no pleito realizado para a União Paranaense dos Estudantes e também para o Diretório Central dos Estudantes/Livre da Universidade Federal do Paraná. Comum está se tornando encontrar-se estudantes vendendo o jornal “Hora do Povo”, porta-voz da organização, nos principais pontos de circulação de pessoas, em CURITIBA/PR. No referido jornal o MR-8, de forma popular, faz propaganda de temas

esquerdistas, prega a subversão e incita à luta de classes. Não foi detectado nesta área, até a presente data, atuação do MR-8 no meio operário e/ou sindical (SNI-PR, 1981, lauda 05).

Assim, no que tange à capital paranaense, o MR-8 parecia estar mais voltado para a nova postura democratizante adotada pela organização, centrando seu foco no Movimento Estudantil e no processo de teorização. Por outro lado, as informações levantadas pelo agente responsável trazem a possibilidade de levantar uma problematização latente quanto ao modo de articulação dos grupos revolucionários brasileiros, a qual reside em uma primazia de alcance ao ambiente universitário e a subsequente dificuldade em atingir e integrar a classe trabalhadora em si. Avaliando, de modo geral, a totalidade da conjuntura brasileira, o agente responsável afere que

O MR-8 preconiza a “união dos comunistas” para a constituição, no futuro, de um único e verdadeiro partido que represente de fato a classe trabalhadora. Oferece-se como embrião para a formação desse novo partido. Com este objetivo tem tomado a iniciativa de estabelecer contatos com várias organizações e elementos independentes. Constituiu com a OCML/PO, a APML e o MEP a chamada “Tendência Proletária” que reúne organizações que passaram pelo mesmo processo de autocrítica que o realizado pelo MR-8, optando todas por uma política de “trabalho de massa”, além de adotarem, também, como documento básico o “Programa Socialista para o Brasil” (PSB) da antiga POLOP. Com a APML foi mais longe tendo iniciado um processo de fusão com essa organização, processo este cheio de percalços a ponto de ficarem congelados no decorrer de 1978 (SNI, 1981, lauda 06).

Dessa forma, apesar da denúncia do foco guerrilheiro de Cascavel-PR, o agente de informações expressa uma compreensão da tendência majoritária dos grupos de esquerda do período, sem deixar, é claro, de enfatizar a problemática da necessidade de combate e vigilância da difusão de ideias que passava a preocupação do conceito de *guerra total* da doutrina de Segurança Nacional. Independentemente da mudança de perspectiva, o horizonte político-ideológico subversivo ainda era considerado como potencial ameaça à ordem instituída, constatação a partir da qual reforçava-se a necessidade da contínua vigilância dos grupos e organizações de tendência socialista-marxista na região.

Uma questão latente se coloca na análise dos grupos revolucionários que permeiam os arquivos de documentos da comunidade de informações paranaense: o fato de, até o momento, não ter sido encontrada nenhuma fonte que indique referências ao acontecimento conhecido como *Massacre de Medianeira*. Conforme indicado pelo *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban* (PARANÁ, 2014), a mencionada operação ocorreu em julho de 1974, sendo realizada às margens da legalidade, contabilizando um total de seis vítimas, cujos assassinatos foram seguidos do processo de ocultação dos cadáveres.

Atraídos para o território paranaense, quatro militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e um militante comunista argentino foram sumariamente assassinados em uma emboscada dos órgãos de repressão estatais, e o militar comunista perseguido, Onofre Pinto, foi preso, torturado e depois sentenciado à morte via telefonema do então chefe do SNI, general João Batista Figueiredo. Se, por um lado, as investigações referentes a determinadas tentativas de reorganização dos setores radicais, que visavam a luta armada, foram registradas pelos documentos da comunidade de informações paranaense (como foi o

caso do MR-8 de Cascavel), por outro, processos de violência exacerbada, à margem da legislação, não constam nos registros de atividades persecutórias do Paraná.

Por fim, necessário se faz enfatizar que, apesar da tendência ao reformismo social-democrata que tomou forma entre os setores de esquerda durante os anos finais da ditadura militar brasileira, historicamente o Paraná se destacou, também, pela potencialidade de organizações populares revolucionárias, nas quais as orientações de setores dissidentes e efetivos do PCB apresentaram protagonismo. Contudo, os intensos processos persecutórios desencadeados pelo aparato estatal da ditadura militar demonstram grande capacidade em direcionar as organizações revolucionárias para um processo de autocritica e adequação ao jogo democrático. Tal fenômeno, quando abordado sob a perspectiva epistemológica dos parâmetros ideológicos da alienação, demonstra a forma como as medidas repressivas do regime ditatorial militar culminaram em um gradual processo de resignação dos setores radicais da esquerda nacional em relação às tendências alienantes do ser.²²

Considerações finais

Os resultados oriundos da pesquisa documental apresentados indicam que as ações de vigilância, perseguição, repressão e silenciamento, impostas à parte da população brasileira que possuía participação política, partidária ou por meio de movimentos sociais, foram desencadeadas sob a tutela da doutrina da Segurança Nacional e do incentivo à difusão da paranoia anticomunista, esta última vinculada à ideologia anticomunista exacerbada no contexto das relações políticas internacionais fundadas a partir da Revolução Russa (1917) e estendidas durante a Guerra Fria no século XX. Compreendeu-se que, dadas as especificidades do caso brasileiro, esse processo sócio-histórico realçou aspectos da paranoia anticomunista que estão presentes até os dias atuais nas diferentes estruturas da sociedade brasileira.

Por intermédio da seleção intencional de três pastas inéditas de documentos provenientes do Arquivo do Serviço Nacional de Informações do Paraná, a presente pesquisa analisou dados do processo de articulação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) paranaense e as subsequentes ações persecutórias desencadeadas pelo SNI que visaram a sua desarticulação durante o período de ditadura militar brasileira (1964-1985).

A Operação Marumbi (1975) foi indicada como um dos mais violentos processos de perseguição estatal contra os sujeitos paranaenses considerados potencialmente subversivos. No processo de compreensão das fontes oriundas do SNI acerca da forma como a Operação era retratada no âmbito interno das agências de informação e nas difusões oficiais para a imprensa, identificou-se a forte presença das fundamentações ideológicas com base nos princípios da doutrina de Segurança Nacional golberyana, as quais ansiavam deturpar, ou mesmo desumanizar, a imagem dos sujeitos supostamente subversivos frente à sociedade civil paranaense do período.²³ Essa estratégia foi entendida como um dos meios pelos quais os setores de repressão e investigação visavam legitimar suas ações com base na pressuposição de consolidar um consenso ideológico.

Apesar do violento processo de perseguição dos militantes comunistas no Paraná, foi possível apreender as tentativas de rearticulação de setores do PCB na conjuntura paranaense do período, evidenciando o espaço de destaque que coube ao Norte do Paraná nesse processo. Alguns dados levantados demonstram, inclusive, a possibilidade da existência de setores mais radicais do Movimento Revolucionário 8 de Outubro na região, mesmo no período marcado pela autocritica do movimento e sua resignação ao jogo democrático.

Elucidou-se, ainda, o modo clandestino que as operações mais violentas da ditadura militar brasileira (os processos de execução) assumiram durante o período, não sendo registradas nem mesmo nos arquivos do próprio sistema de inteligência do regime instituído. Para tanto, foi imprescindível o acesso, para análise comparativa, às fontes provenientes dos arquivos da *Central Intelligence Agency* (CIA) e dos dados levantados pela Comissão Estadual da Verdade do Paraná.

Distante do objetivo de esgotar os debates aqui apresentados, esta pesquisa teve o intuito de trazer novas contribuições qualitativas acerca dos aspectos que permearam as disputas ideológicas da ditadura militar brasileira (1964-1985), assim como apresentar o caminho metodológico para acesso às fontes documentais inéditas do arquivo paranaense do SNI ambicionando incentivar o desenvolvimento de novas investigações científicas sobre a temática.

Referências:

- BRUNELO, Leandro. **Repressão política na terra das araucárias**: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná. Orientador: Ângelo Aparecido Priori. 2006. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.
- BRUNELO, Leandro. Os reflexos do regime militar no Paraná em 1975: a Operação Marumbi. **Diálogos**, Maringá, v.13, n.2, p. 461-484, 2009.
- CAMURÇA, Marcelo A. Intelectualidade rebelde e militância política: adesão dos Intelectuais ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) – 1922-1960. **Locus Revista de História**, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 65-80, 1998.
- CARONE, Edgard. **O PCB (1943-1964)**. São Paulo: Difel, 1982.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A Pesquisa Qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, Editora Vozes, 2012. p. 295-316.
- CEPIK, Marco. **Espionagem e Democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização dos serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- EUA. **Central Intelligence Agency, Memorandum from Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger**. Washington, 11 de abril de 1974. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99>. Acesso em: 29 maio 2019.
- FICO, Carlos. Como eles agiam. **Os subterrâneos da Ditadura Militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto de Washington Luis a Lula (1927- 2005). São Paulo: Record, 2005.
- JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel A; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo P. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014. p. 158-171.

- KIELLER, Márcio; CODATO, Adriano. A elite dos comunistas e sua história no Paraná. *In*: CODATO, Adriano; KIELLER, Márcio (org.). **Velhos Vermelhos: História e memória dos dirigentes comunistas no Paraná**. Curitiba: Editora UFPR, 2008. p. 27-60.
- LAGÔA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MAZZEO, Antonio C. **Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. São Paulo/Marília: Boitempo, 1999.
- MAY, Tim. Pesquisa Documental: escavações e evidências. *In*: MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 207-230.
- MOREIRA, S. V. Análise Documental Como Método e Como Técnica. *In*: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MYSKIW, Antonio M; ADAMCZYK, Guilherme L. O Sudoeste do Paraná nos arquivos da DOPS/PR (1963/1970): os Grupos dos Onze. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Chapecó, n.31, p. 138-158, 2018.
- MOTTA, Rodrigo P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho: anticomunismo no Brasil (1917- 1964)**. Orientadora: Suely Robles Reis de Queiroz. 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, 2000.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- NASCIMENTO, Higor C. **A arma da crítica e a crítica das armas: a trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972)**. Orientador: Marcelo Siqueira Ridenti. 2018. 229 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- NERY, Virgílio S. **Entre lutas e despedidas: da dissidência comunista da Guanabara à autocritica do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (1966-19776)**. Orientador: Júnior, Carlos Zacarias Sena. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- NEVES JR, José W. A. **A Ideologia de Segurança Nacional no Arquivo de Documentos do Serviço Nacional de Informações do Estado do Paraná (1964-1985)**. Orientadora: Angélica Lovatto. 2021. 209 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, 2021.
- PARANÁ. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban**. 2014. Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/geral/relatorio-final-da-comissao-estadual-da-verdade-do-parana/>. Acesso em: 15 jan. 2017.
- PRESTES, Anita L. O PCB e o golpe civil-militar de 1964: causas e consequências. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, n. 40, v. 1, p. 150-168, 2014.
- PRIORI, Ângelo. A Guerra de Porecatu. **Diálogos**, Maringá, v.14, n.2, p. 367-379, 2010.
- QUADRAT, Samantha V. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n° 47, jan./jun. 2012, p. 19-41.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- SAMWAYS, Daniel T. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)**. Marionilde Dias Brepohl de Magalhães. 2014. 253 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- SEGATTO, José A. **Breve História do PCB**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica e Poder**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.
- SNI-PR. **Atividades do PCB no Paraná – Operação Marumbi, ACT_ ACE_232_79**, 20 de novembro de 1975, 95 laudas (NDPH-UEL).
- SNI-PR. **Comitês e organizações de base do PCB, ACT_ ACE_170_79**, 10 de julho de 1979, 13 laudas (NDPH-UEL).

SNI-PR. **Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)**, ACT_ACE_1114_81, 26 de junho de 1981, 07 laudas (NDPH-UEL).

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Edusp, 1996.

Notas

¹ Pesquisa realizada com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Araucária

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília). Assistente administrativo do escritório de apoio à pesquisa e internacionalização da Unesp, Campus de Bauru. Pesquisador do [Grupo de Investigação Sociabilidades e as Dimensões do Simbólico](#) (UEL). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7721726000249083> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0692-0740> E-mail: nevesjr1991@gmail.com

³ Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisador bolsista CNPq. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Mestrado e Doutorado) vinculados à UEL e do Profsocio (Mestrado Profissional em Sociologia - Rede Nacional - Universidade Federal do Ceará – Universidade Estadual de Londrina). Líder do [Grupo de Investigação Sociabilidades e as Dimensões do Simbólico \(UEL\)](#). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6723085917601942>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2807-9075> E-mail: lanza1975@gmail.com

⁴ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor EBITT - Educação/Pedagogia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Campus Hortolândia. Pesquisador do [Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil](#) (Unicamp). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0292984756121723>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7118-5132> E-mail: anibal.gonzalez@ifsp.edu.br

⁵ O arquivo, de aproximadamente sete mil documentos do Paraná e Santa Catarina, encontra-se disponível, em formato digital, para acesso público nos espaços físicos do Arquivo Nacional, do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL) e do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas da Universidade do Estado de Santa Catarina (IDCH-UDESC).

⁶ Para mais informações, acesse o Banco de dados Memórias Reveladas: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/faca-uma-pesquisa-em-nossa-base-de-dados> (acesso em 08 de dezembro de 2022 às 10h26m).

⁷ O órgão foi aprimorado durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), passando a denominar-se Conselho de Segurança Nacional (CSN) e com um modelo mais centralizado de coordenação de suas atividades (FIGUEIREDO, 2005).

⁸ O anticomunismo é apreendido enquanto fenômeno complexo que toma forma no século XX, particularmente após a Revolução Russa (1917), a partir da organização de indivíduos e grupos detentores de propostas combativas ao comunismo tornando-se “uma força decisiva nas lutas políticas do mundo contemporâneo, alimentado e estimulado pela dinâmica do inimigo que era sua razão de ser” (MOTTA, 2000, p. 05).

⁹ Camurça (1998) indica a forte cultura política estatal que perpassou a construção da concepção de mundo do PCB, marcada pela preocupação com o desenvolvimento econômico e a soberania nacional, em detrimento de questões da sociedade civil e da democracia em si. Esse fenômeno é tomado como essencial para a compreensão das tentativas de aliança com governantes nacionais no período pós-1930.

¹⁰ O ano de 1935 se destacou na história das fileiras do PCB pela rápida ascensão e derrocada da Aliança Nacional Libertadora (ANL). De acordo com Prestes (2014), esses episódios consolidaram um duro golpe para os membros do PCB, potencializando sua desarticulação.

¹¹ O período de legalidade do PCB, entre os anos de 1945 e 1947, foi marcado pelo forte crescimento do seu número de militantes (SEGATTO, 1981) e pela estrutura político-partidária e editorial (CARONE, 1982).

¹² Refere-se, aqui, à ditadura do Estado Novo (1937-1945) e à ditadura militar brasileira (1964-1985).

¹³ Além do caso de Porecatu, destaca-se o Levante do Sudoeste, conflito armado entre posseiros e o governo ocorrido em território paranaense no ano de 1957, sendo pertinente explicitar que esse episódio teve uma participação menor dos militantes do PCB (KIELLER; CODATO, 2008).

¹⁴ Ambos os estados estavam subordinados à 5ª Região Militar/ Divisão de Infantaria (5ª RM/DI), sediada em Curitiba/PR (PARANÁ, *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban*, 2014).

¹⁵ Não é a pretensão deste trabalho adentrar no detalhamento individualizado dos sujeitos investigados e indiciados pela Operação Marumbi, não deixando, contudo, de indicar o mérito dessa empreitada, que deve ser atribuído à dissertação do historiador Leandro Brunelo (2006).

¹⁶ Apesar de o papel determinante desempenhado por setores do PCB, em fins da década de 1940, ter viabilizado uma inserção do partido no direcionamento do conflito conhecido como Guerra de Porecatu, que tomou forma no Norte paranaense, não se pode deixar de enfatizar que a opção dos posseiros pela luta armada foi relativamente baixa, se comparada com a posição legalista (PRIORI, 2010).

¹⁷ O extenso documento constitui um rico registro histórico do fenômeno, consolidando-se como potencial fonte para análises aprofundadas do campo da historiografia. Ressalta-se, contudo, que os limites estabelecidos pelo recorte temático deste artigo impediram a execução de uma discussão ampla e minuciosa dos inúmeros elementos presentes no arquivo.

¹⁸ Entre os documentos disponibilizados pela CIA, consta um relatório que informa a concordância dos generais Ernesto Geisel, então presidente do Brasil, e João Batista Figueiredo, então chefe do Serviço Nacional de Informações, em dar continuidade ao processo de extermínio dos comunistas brasileiros no ano de 1974 (COLBY, W. E. *In: Central Intelligence Agency, Memorandum from director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger, Washington*, 11 de abril de 1974)

¹⁹ Golbery do Couto e Silva (2003) utiliza-se do conceito de guerra total para fundamentar a necessidade de sua doutrina de Segurança Nacional. Segundo o intelectual militar, as configurações bélicas do período condicionaram uma expansão dos espaços de conflito, passando a abranger, também, os setores econômicos, culturais, ideológicos e psicossociais.

²⁰ Sob liderança do reitor Ascêncio Garcia Lopes (1970-1974), os primeiros anos de funcionamento da Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL) se caracterizaram pela disponibilização de espaço de refúgio para intelectuais subversivos de outros Estados (especialmente de São Paulo), passando por um processo tardio de repressão (PARANÁ, *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban*, 2014).

²¹ Proposta de Revolução Armada que se volta mais para a prática revolucionária do que para a teorização revolucionária via partido (caso da linha leninista). Conforme indica Nascimento (2018), fileiras dissidentes do PCB passaram a aderir à perspectiva do foquismo debrayista em contraposição às táticas paralisantes do partido, derrotadas pelo golpe de 1964.

²² Sem deixar, entretanto, de salientar os limites analíticos impostos a esta pesquisa, assim como a extensão de fontes de análise que demandam aprofundamentos futuros nas investigações da temática.

²³ No que tange à lógica de desumanização dos sujeitos subversivos, os relatórios do SNI-PR trazem, também, dados referentes às investigações posteriores realizadas em decorrência do estabelecimento de vínculos de amizade entre agentes penitenciários e os presos políticos da Operação Marumbi, evidenciando que “as diretrizes internas de atuação impostas aos agentes que compunham a comunidade de informações, deste modo, apresentam uma exacerbação da preocupação com a garantia da segurança nacional, voltada especificamente para o combate às possibilidades de subversão que, em muitos casos, apresentava-se como uma perspectiva de doutrinação dos agentes a partir de princípios que preconizavam uma desumanização, não só dos sujeitos a combater, como, também, dos próprios agentes incumbidos da missão” (NEVES JR, 2021, p. 94).

Recebido em: 25 de jan. 2024

Aprovado em: 07 de abr. 2024